PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Controladoria-Geral do Estado do Acre

Conectando o presente e o futuro

CGE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

GOVERNO DO ACRE
Trabalho para cuidar das pessoas



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO ACRE (CGE)

(2026-2029)

Conectando o presente e o futuro

Governador
Gladson de Lima Camelí

Vice-Governadora
Mailza Assis da Silva

Controladora-Geral do Estado do Acre
Mayara Cristine Bandeira de Lima

Ouvidor-Geral do Estado
Luciano Dias Fonseca

Diretora Administrativa e Financeira
Antônia Mágira Fernandes de Oliveira Beiruth

Diretor de Auditoria e Controle
Cícero Antônio Ferreira Dias

Diretor de Transparência e Integridade
Marcus Venicius Nunes da Silva



SUMÁRIO

Introdução 05
Mapa Estratégico 09
Matriz de Indicadores 12
Projetos Estratégicos 17

INTRODUÇÃO

A Controladoria-Geral do Estado do Acre (CGE) foi criada em 31 de agosto de 2007, por meio da Lei Complementar Estadual nº 171, como órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual. Sua instituição representou um importante avanço no fortalecimento da governança pública, ao consolidar mecanismos de fiscalização, orientação, transparência e aperfeiçoamento da gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial do Estado.

Atualmente a CGE/AC vem consolidando sua atuação regulada pela Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022, como instância essencial de assessoramento ao Chefe do Poder Executivo e de indução de boas práticas administrativas, contribuindo para o aprimoramento dos mecanismos de governança, para o equilíbrio fiscal e para a melhoria contínua das políticas públicas.

Inserida em um contexto de crescente complexidade da administração pública, marcado por transformações tecnológicas aceleradas e maiores exigências sociais por transparência e eficiência, a Controladoria-Geral reconhece a necessidade permanente de planejar, priorizar e alinhar suas ações de forma estratégica.

O Planejamento Estratégico da Controladoria-Geral do Estado do Acre consolida-se como um instrumento fundamental de gestão para direcionar esforços, otimizar recursos e orientar a tomada de decisão com foco em resultados. Ao alinhar a identidade organizacional (missão, visão e valores) aos objetivos, metas e projetos prioritários, este documento estabelece as bases para uma atuação institucional de excelência.

Sua construção reflete o compromisso permanente do órgão com o fortalecimento da integridade, da transparência e da boa governança. O objetivo final é promover uma gestão eficiente, ética e voltada ao interesse coletivo, gerando valor público para a Administração Estadual e para toda a sociedade acreana.

O Planejamento Estratégico da Controladoria-Geral foi construído de forma participativa e coletiva, envolvendo as áreas macros e finalísticas para definir diretrizes claras voltadas ao fortalecimento da auditoria, do controle interno, da transparência, da integridade, da ouvidoria, do controle fiscal e da governança pública.

O processo de elaboração foi estruturado em etapas sequenciais que contemplaram:

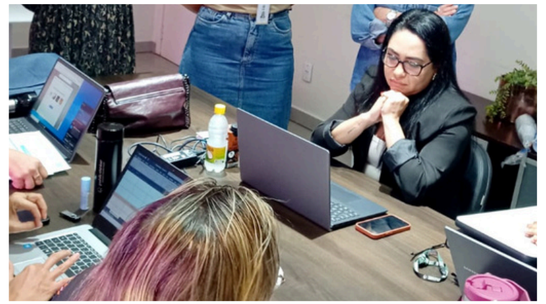
- **Identidade Organizacional:** Definição da Missão, Visão e Valores institucionais.
- **Diagnóstico Situacional:** Análise dos ambientes interno e externo por meio da Matriz SWOT (FOFA).
- **Mapa Estratégico:** Estabelecimento de eixos e objetivos estratégicos que orientam a atuação da CGE.
- **Indicadores e Metas:** Formulação de indicadores de esforços e resultados para os próximos quatro anos, alinhados à Agenda Acre 10 anos e ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.
- **Portfólio de Projetos:** Delineamento e priorização de projetos estruturantes, observadas as restrições orçamentárias e tecnológicas.

A elaboração do Planejamento Estratégico Setorial ocorreu por meio do II Curso de Elaboração de Planejamentos Estratégicos Setoriais, coordenado pela Diretoria de Planejamento Estratégico e Governança (DIRPLA), por meio do Departamento de Planejamento Governamental (DEPPG) da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN), em parceria com o Departamento de Capacitação do Servidor (DECAP) da Secretaria de Estado de Administração (SEAD).

CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO















MAPA ESTRATÉGICO



O Mapa Estratégico é fruto do esforço conjunto entre gestores e servidores da Controladoria Geral do Estado (CGE), consolidado durante o II Curso de Elaboração de Planejamentos Estratégicos Setoriais - uma capacitação que proporcionou imersão técnica e o intercâmbio de experiências com outros cinco órgãos participantes. A capacitação ofereceu o suporte técnico e o ambiente de imersão necessários para dominarmos as ferramentas essenciais à construção de um planejamento sólido e resolutivo.

Através de atividades práticas, definimos os pilares que sustentam a identidade do Instituto: nossa Missão, Visão e as áreas prioritárias de atuação. Cada objetivo estratégico foi desenhado para responder tanto às necessidades internas da instituição quanto às expectativas da sociedade acreana.

A base metodológica central que sustenta o mapa estratégico é a análise SWOT/FOFA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças). Ao mapear os fatores internos e externos que impactam a atuação da CGE, concluiu-se o direcionamento de esforços para potencializar nossos pontos fortes, mitigar fraquezas, aproveitar as oportunidades e nos proteger contra ameaças.

Os objetivos estratégicos e os projetos apresentados a seguir derivam diretamente desse diagnóstico real da nossa estrutura, assegurando uma abordagem estratégica alinhada à realidade do órgão.

Vale ressaltar a importância dos métodos adotados neste processo. A construção coletiva foi o grande diferencial deste processo. A troca de experiências e a validação entre os setores garantiram que o mapa estratégico fosse, de fato, representativo. Além disso, asseguramos a sinergia com o planejamento de longo prazo do Estado ao integrar os valores da Agenda Acre 10 Anos aos nossos resultados esperados.

O trabalho em grupo incentivou a troca de ideias, a construção coletiva do conhecimento e a integração da equipe. A validação setorial garantiu que o mapa estratégico estivesse alinhado às diretrizes e prioridades da CGE.

Mais do que um documento, este Mapa Estratégico é um instrumento vivo de gestão. Ele norteará as ações da CGE, nos próximos anos, reafirmando o compromisso da CGE como agente indutor da melhoria da gestão pública estadual, orientando suas ações para uma atuação preventiva, integrada e orientada a riscos, com foco na eficiência, na legalidade e na transparência.

CGE | CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

MAPA ESTRATÉGICO

GOVERNO DO ACRE

MISSÃO
Promover e coordenar, com excelência, as ações de controle, ouvidoria, transparência, integridade, correição e auditoria, assegurando a legalidade, a boa governança e a eficiência na gestão dos recursos públicos, em beneficio da sociedade

VISÃO
Ser reconhecido como órgão de excelência na promoção da boa gestão pública e na geração de valor para a sociedade acreana

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE: Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Acre

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Ouvidoria

Fortalecer a cultura de transparência e confiança entre o Estado e cidadão

Transparência e Integridade

Fortalecer e consolidar a cultura de Governança, Gestão de Riscos, Integridade e Transparência na Administração Pública Estadual, promovendo uma gestão pública ética, eficiente e responsável

Consolidar a Correição como ferramenta estratégica e transversal de Governança no Poder Executivo Estadual

Auditoria

Fortalecer a Gestão Pública Estadual por meio da auditoria interna moderna, independente e alinhada as melhores práticas e normas internacionais

Controle Interno

Aprimorar o Controle Interno do Poder Executivo Estadual com a finalidade de alcançar a efetividade das suas ações

Controle Fiscal

Fortalecer o Controle Fiscal para acompanhar, monitorar e avaliar a Gestão Fiscal do Poder Executivo Estadual

PROCESSOS - PESSOAS - FINANÇAS - TECNOLOGIA

Promover o aperfeiçoamento dos processos, normas e procedimentos internos

Fortalecer a Gestão de Pessoas promovendo o desenvolvimento profissional e a humanização

Ampliar as fontes e o volume de receitas para viabilizar as metas da CGE

Aprimorar a infraestrutura física, tecnológica e de segurança de dados

VALORES

Credibilidade - Comprometimento - Independência Técnica - Transparência - Foco no Interesse Público

MATRIZ DE INDICADORES



A Matriz de Indicadores do Planejamento Estratégico da CGE é uma ferramenta essencial para o acompanhamento e a avaliação das ações e metas institucionais voltadas ao fortalecimento do controle interno, da integridade, da transparência e da boa governança no âmbito da administração pública estadual. Motivada pela necessidade de mensurar de forma consistente os resultados de suas iniciativas, a Controladoria desenvolveu essa matriz com base em uma estrutura lógica que vincula os objetivos estratégicos aos resultados esperados e aos respectivos indicadores de desempenho. Seu propósito é monitorar a evolução das metas estratégicas da instituição, subsidiando a tomada de decisão e o aprimoramento contínuo de sua atuação.

A construção dessa matriz envolveu gestores e servidores, que contribuíram com seus conhecimentos e experiências para definir os indicadores mais relevantes e adequados à realidade da CGE.

Este processo de construção foi marcado pela colaboração ativa, unindo a experiência de gestores e servidores para definir indicadores que refletissem fielmente a realidade local. Um dos pontos centrais desse desenvolvimento reside no desafio de diferenciar indicadores de esforço — que quantificam a energia e os recursos investidos — dos indicadores de impacto, voltados a traduzir as transformações efetivas geradas na sociedade e na economia. Embora essa análise de longo prazo seja complexa, ela é indispensável para compreender o verdadeiro alcance das políticas públicas.

Entre os principais benefícios desta ferramenta, destacam-se: (i) maior clareza e alinhamento quanto ao caminho a ser percorrido; (ii) possibilidade de acompanhar a performance em tempo real; (iii) fornecimento de subsídios qualificados e oportunos para a tomada de decisões; e, principalmente, (iv) aumento da transparência e prestação de contas à sociedade.

Acreditamos que esta matriz de indicadores representa um avanço significativo na gestão estratégica, ao viabilizar o monitoramento contínuo do desempenho institucional e a avaliação sistemática dos resultados, subsidiando a tomada de decisão e o aprimoramento das ações da Controladoria-Geral do Estado nas áreas de controle interno, auditoria, transparência, integridade e fortalecimento da governança pública em nosso Estado.

Os indicadores estão distribuídos nas seguintes áreas de atuação: Ouvidoria, Transparência, Integridade, Auditoria, Controle Interno e Controle Fiscal, representando a área finalí

lística, e ainda processos, pessoas, finanças, tecnologia representando a área meio.

Por exemplo, na área de Transparência e Integridade, que representa uma das frentes de maior demanda da CGE/AC, um dos indicadores é o número de órgãos e entidades capacitados em gestão de riscos e controles internos, contribuindo para o fortalecimento da prevenção, da conformidade e da integridade na administração pública, bem como para a ampliação da capacidade institucional de identificar, mitigar e monitorar riscos nos processos governamentais.

A vinculação dos indicadores aos objetivos estratégicos permite monitorar o andamento das ações, identificar problemas e avaliar os resultados.

ÁREA DE ATUAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	POLARIDADE	V0 (2025)	METAS			
					2026	2027	2028	2029
Auditoria	Fortalecer a gestão pública estadual por meio da auditoria interna moderna, independente e alinhada as melhores práticas e normas internacionais.	Quantidade de macroprocessos-chave (KPA) do modelo IA-CM atendidos integralmente pela CGE/AC	Maior melhor	0	25%	50%	75%	100%
		Certificação externa de mudança de nível da CGE/AC em avaliação do modelo IA-CM	Maior melhor	-	-	-	-	1

ÁREA DE ATUAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	POLARIDADE	V0 (2025)	METAS			
					2026	2027	2028	2029
Ouvidoria	Fortalecer a cultura de transparência e confiança entre o Estado e cidadão.	Percentual de resolutividade das manifestações recebidas	Maior melhor	0	50%	70%	80%	100%
		Percentual de canais de atendimento implantados	Maior melhor	0	50%	70%	80%	100%
		Percentual de adesões recebidas dos órgãos do poder executivo estadual e prefeituras	Maior melhor	0	25%	50%	75%	100%

ÁREA DE ATUAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	POLARIDADE	V0 (2025)	METAS			
					2026	2027	2028	2029
Transparência e Integridade	Fortalecer e consolidar a cultura de governança, gestão de riscos, integridade e transparência na administração pública estadual, promovendo uma gestão pública ética, eficiente e responsável.	Número de planos de integridade setoriais elaborados	Maior melhor	1	5	10	15	20
		Número de ações educativas e capacitações realizadas aos órgãos e entidades no assunto de integridade	Maior melhor	-	2	3	3	3
		Posicionamento do Ranking ATRICON é um índice percentual que define o posicionamento do órgão no ranking nacional, permitindo comparações e identificação de pontos de melhoria.	Maior melhor	0	Prata	Ouro	Diamante	Diamante
		Número de órgãos e entidades capacitados em gestão de riscos e controles internos	Maior melhor	-	62	62	62	62
		Percentual de órgãos com gestão de riscos implantada	Maior melhor	-	5%	10%	15%	20%
	Consolidar a correição como ferramenta estratégica e transversal de governança no poder executivo estadual.	Quantidade de instrumentos normativos públicos	Maior melhor	-	1	-	-	-

ÁREA DE ATUAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	POLARIDADE	V0 (2025)	METAS			
					2026	2027	2028	2029
Controle Interno	Aprimorar o controle interno do poder executivo estadual com a finalidade de alcançar a efetividade das suas ações.	Números de capacitações ofertadas aos servidores do sistema de controle interno	Maior melhor	2	3	3	3	3
		Percentual de execução do Plano Anual de Auditoria e Controle (PAAC) pelos setoriais de controles internos;	Maior melhor	-	50%	60%	75%	80%
		Números de normativos e orientações expedidas (Guia e manuais).	Maior melhor	0	1	1	1	1

ÁREA DE ATUAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	POLARIDADE	V0 (2025)	METAS			
					2026	2027	2028	2029
Controle Fiscal	Fortalecer o controle fiscal para acompanhar, monitorar e avaliar a gestão fiscal do poder executivo estadual.	Número de relatórios de análise de gestão fiscais emitidos.	Maior melhor	2	2	3	3	3
		Número de ações e/ou recomendações implementadas.	Maior melhor	2	2	2	2	2

ÁREA DE ATUAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	POLARIDADE	V0 (2025)	METAS			
					2026	2027	2028	2029
Processos	Promover o aperfeiçoamento de controles, processos, normas e procedimentos internos.	Número de ações concluídas	Maior melhor	-	-	1	1	1
		Número de processos de auditoria apoiados por TI	Maior melhor	0	2	5	10	20

ÁREA DE ATUAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	POLARIDADE	V0 (2025)	METAS			
					2026	2027	2028	2029
Pessoas	Fortalecer a gestão de pessoas, desenvolvimento profissional e a humanização.	Quantidade de servidores capacitados	Maior melhor	60	60	65	70	75
		Quantidade de capacitações realizadas	Maior melhor	8	8	10	10	10

PROJETOS ESTRATÉGICOS



A elaboração deste portfólio de projetos faz parte do processo de planejamento estratégico, com o objetivo de transformar as necessidades e desejos da população, bem como as prioridades do Estado, em resultados concretos.

A definição criteriosa desses projetos é o que garante o êxito da estratégia, pois eles transformam intenções em ações estruturadas, capazes de gerar entregas e impactos diretamente vinculados à matriz de indicadores da CGE. Ao estabelecer escopos e objetivos claros, a instituição consegue orientar seus esforços de maneira eficiente, otimizando o uso de recursos que são, por natureza, limitados frente às crescentes demandas sociais.

A relevância de um portfólio de projetos bem estruturado está em sua capacidade de:

- Alinhar as ações à estratégica da CGE e do Estado, garantindo que todas as energias convirjam para o mesmo propósito;
- Priorizar ações e definir responsabilidades com precisão, o que eleva o nível de eficiência e compromisso dos envolvidos;
- Gerenciar riscos também se torna mais robusto, uma vez que a delimitação clara de cada projeto facilita a identificação e a mitigação de possíveis obstáculos, conferindo maior segurança à execução da estratégia;
- Aumentar a previsibilidade e a gestão da mudança por meio de um controle focado em resultados, torna-se possível coletar dados internos e externos que auxiliam na identificação tempestiva de ameaças ou oportunidades, permitindo ajustes ágeis conforme a necessidade.

Para assegurar a transparência e o rigor técnico, o portfólio detalhado - contendo premissas, riscos, responsáveis e planos de comunicação - é anexado a este planejamento, consolidando-se como um instrumento robusto para a governança institucional.

Na sequência, apresenta-se a tabela de projetos estratégicos, devidamente alinhados às áreas de atuação e aos objetivos estratégicos da CGE.

AUDITORIA

Objetivo Estratégico:

Fortalecer a gestão pública estadual por meio da auditoria interna moderna, independente e alinhada as melhores práticas e normas internacionais.

INDICADORES	PROJETOS ESTRATÉGICOS	ESCOPO	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS
Quantidades de macroprocessos-chave (KPA) do modelo IA-CM atendidos integralmente pela CGE/AC; e Certificação externa de mudança de nível da CGE/AC em avaliação do modelo IA-CM.	Implantação da auditoria de alto nível	O projeto prevê elevar o nível de maturidade da auditoria interna governamental alinhada as melhores práticas internacionais, agregar valor público melhorando a eficácia da governança, gestão de riscos e controles internos. Inclui também criar normativos, desenvolver competências técnicas dos auditores e implantar um sistema de auditoria para monitoramento das recomendações emitidas, com identificação de lacunas por macroprocessos-chave (KPAs) e desenho do plano de evolução por fases, até a implantação e institucionalização de um modelo de auditoria interna de alto nível, alinhado a normas e melhores práticas internacionais, com normativos formalizados, competências desenvolvidas, sistema de auditoria implantado para planejamento–execução–monitoramento e mecanismo de acompanhamento de recomendações operando com evidências, indicadores e rotinas de reporte — deixando a CGE/AC apta a elevar o nível de maturidade no IA-CM e a sustentar a melhoria contínua do serviço de auditoria interna.	Elevar o nível de maturidade da auditoria interna governamental.	Certificação IA-CM adquirida; Técnicos/auditores capacitados; Modelagem da auditoria Interna conforme padrões internacionais alcançado; Sistema de auditoria implantado; Normativas elaboradas; Carreira de auditor criada; e Concurso realizado.

OUVIDORIA

Objetivo Estratégico:

Fortalecer o acesso e a confiança entre o cidadão e o Estado.

INDICADORES	PROJETOS ESTRATÉGICOS	ESCOPO	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS
Percentual de resolutividade das manifestações recebidas; Percentual de canais de atendimento implantados; e Percentual de adesões recebidas dos órgãos do poder executivo estadual e prefeituras.	Ouvidoria cidadã - ouvir para melhor servir!	O projeto compreende o fortalecimento das ouvidorias setoriais, o acesso dos cidadãos aos canais de atendimento e da rede de ouvidorias. Padronizando a integração por meio de um sistema próprio do Poder Executivo Estadual, com (i) processos e padrões de atendimento uniformizados (triagem, classificação, encaminhamento, resposta e fechamento), (ii) ampliação e consolidação dos canais de atendimento ao cidadão (digitais e presenciais/itinerantes), (iii) implantação de um sistema próprio de ouvidoria (ou plataforma oficial unificada) com integração setorial, rastreabilidade e indicadores, (iv) capacitação contínua das equipes e pontos focais, (v) campanhas de comunicação para estimular uso e confiança, e (vi) monitoramento permanente da resolutividade e qualidade do atendimento, inclusive com adesão progressiva de órgãos.	Fortalecer a atuação do Ouvidor-Geral do Estado e a integração entre as ouvidorias setoriais, padronizando processos de atendimento e expandindo os canais de interlocução com o cidadão.	Sistema próprio de ouvidoria implantado; Ações itinerantes realizadas; Campanhas realizadas; Equipes e setoriais capacitados; e Padronização de atendimento elaborado.

TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Objetivo Estratégico:

Fortalecer e consolidar a cultura de governança, gestão de riscos, integridade e transparência na administração pública estadual, promovendo uma gestão pública ética, eficiente e responsável.

INDICADORES	PROJETOS ESTRATÉGICOS	ESCOPO	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS
Número de planos de integridade setoriais elaborados; e Número de ações Educativas e capacitações realizadas aos órgãos e entidades no assunto de Integridade.	Sistema de integridade pública estadual	O projeto inicia com a implantação da política de integridade pública alinhado a iniciativas voltadas à prevenção, detecção e correção de desvios éticos e de conduta, coordenando e articulando atividades com as setoriais para uma gestão transparente e responsável. A proposta abrange apoiar tecnicamente os órgãos e entidades na elaboração, implementação e monitoramento de seus Planos de Integridade, de forma padronizada, eficiente e alinhada às diretrizes da Política de Governança e Integridade do Estado do Acre, com definição de metodologia, instrumentos padronizados e governança do programa, até a implantação e operacionalização contínua do Sistema de Integridade Pública Estadual, com (i) diretrizes e instrumentos estruturados e disponibilizados, (ii) planos de integridade setoriais elaborados e implementados com apoio técnico da CGE, (iii) ações educativas e capacitações recorrentes, (iv) mecanismo permanente de monitoramento (painel, rotinas, evidências e relatórios anuais) e (v) avaliação anual de maturidade em integridade, assegurando padronização, governança, comparabilidade e evolução progressiva dos órgãos e entidades.	Promover a política de integridade pública com vistas a aprimorar a governança e a gestão de riscos no Poder Executivo.	Planos de integridades setoriais elaborados; Relatório anual de acompanhamento dos planos de integridades setoriais elaborados; Capacitações realizadas; Cartilhas e informativos elaborados; e Política de integridade fomentada

TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Objetivo Estratégico:

Fortalecer e consolidar a cultura de governança, gestão de riscos, integridade e transparência na administração pública estadual, promovendo uma gestão pública ética, eficiente e responsável.

INDICADORES	PROJETOS ESTRATÉGICOS	ESCOPO	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS
Posicionamento do Ranking ATRICON.	Fortalecimento da transparência ativa	O projeto prevê o aprimoramento, padronização e automatização da transparência ativa, garantindo que todos os órgãos e entidades disponham de sítios/portais padronizados, acessíveis e alinhados à Lei de Acesso à Informação-LAI, promovendo uma comunicação clara e integrada com o cidadão. Ainda, inclui capacitação, designação de responsáveis, elaboração de planos de risco setoriais, implantação de metodologias e ações de comunicação institucional., com definição de um modelo padrão e regras mínimas de gestão de conteúdo,até a implantação institucional e escalável da transparência ativa padronizada no Executivo Estadual, com (i) modelo de sítio/portal padrão (layout + estrutura mínima + requisitos LAI e acessibilidade) validado e implantado gradualmente, (ii) instrumentos e normativos (guias, manuais, checklists e procedimentos) em uso, (iii) governança setorial de conteúdo estruturada (responsáveis, rotinas e evidências de atualização), (iv) capacitação contínua dos pontos focais, (v) modernização/integração tecnológica mínima para reduzir retrabalho e aumentar confiabilidade, e (vi) mecanismo de avaliação (Ranking Estadual / Selo CGE/AC) com relatórios anuais de evolução e plano de melhorias.	Fortalecer a transparência ativa para aumentar o controle social e a confiança da sociedade na gestão pública.	Ranking estadual de transparência pública; Selo de transparência CGE/AC elaborado; Servidores capacitados; Termos de colaboração com os órgãos do poder executivo assinados; Modelo de sítio/portal padrão (layout e estrutura mínima) implantado; Guia e manuais práticos elaborados; e Relatório anual de evolução da transparência digital elaborado.

TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Objetivo Estratégico:

Fortalecer e consolidar a cultura de governança, gestão de riscos, integridade e transparência na administração pública estadual, promovendo uma gestão pública ética, eficiente e responsável.

INDICADORES	PROJETOS ESTRATÉGICOS	ESCOPO	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS
Número de órgãos e entidades capacitados em gestão de riscos e controles internos; e Percentual de órgãos com gestão de riscos implantada.	Fortalecimento da política de gestão de riscos	O projeto prevê o fortalecimento das práticas de gestão de riscos em toda a administração pública estadual mediante metodologia e ações coordenadas pela CGE, com definição/atualização de metodologia padronizada, governança, instrumentos e cronograma de implantação por ondas, até a institucionalização efetiva da gestão de riscos como prática regular de governança e apoio à decisão, com (i) metodologia e instrumentos formalizados e disseminados, (ii) órgãos priorizados com gestão de riscos implantada (com mapeamento, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos), (iii) rede de multiplicadores capacitada e operante, (iv) rotinas de reporte e monitoramento com indicadores e evidências, e (v) ciclo contínuo de revisão e melhoria, integrando riscos ao planejamento, aos processos críticos (compras, contratos, convênios, execução orçamentária, pessoal etc.) e às decisões da alta gestão.	Institucionalizar a gestão de riscos como ferramenta de apoio à tomada de decisão, fortalecimento da governança e prevenção de falhas e irregularidades na administração pública.	Metodologia padronizada; Servidores capacitados e multiplicadores formados; Campanhas de comunicação sobre cultura de riscos elaboradas; e Painel de monitoramento de indicadores implantado.

TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Objetivo Estratégico:

Consolidar a correição como ferramenta estratégica e transversal de governança no Poder Executivo Estadual.

INDICADORES	PROJETOS ESTRATÉGICOS	ESCOPO	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS
Quantidade de instrumentos normativos publicados.	Implantação do Sistema de Correição	O projeto compreende a implantação do Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual, estabelecendo a base para uma atuação efetiva e estratégica, abrangendo desde a prevenção até a correição administrativa, com definição do modelo de governança e requisitos mínimos do sistema, até a implantação e operacionalização do Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual, com (i) marco normativo publicado (decreto/regulamentação e atos complementares), (ii) governança definida (papéis, instâncias, responsabilidades e rotinas), (iii) fluxos e procedimentos padronizados para atuação preventiva e correição administrativa, (iv) instrumentos operacionais (manuais, modelos, checklists e trilha documental no SEI), (v) capacitação mínima das unidades setoriais/servidores envolvidos, e (vi) mecanismo permanente de monitoramento e avaliação da eficiência e maturidade das unidades de correição, com relatórios periódicos e plano de melhoria contínua.	Implantar a política de correição combatendo a corrupção e ilícitos administrativos de forma efetiva.	Decreto do Sistema de Correição publicado; Relatórios anual de diagnósticos sobre a eficiência das unidades de correição elaborados; e Política de Correição implantada.

CONTROLE INTERNO

Objetivo Estratégico:

Aprimorar o controle interno do poder executivo estadual com a finalidade de alcançar a efetividade das suas ações.

INDICADORES	PROJETOS ESTRATÉGICOS	ESCOPO	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS
Números de capacitações ofertadas aos servidores do sistema de controle interno; Percentual de execução do Plano Anual de Auditoria e Controle (PAAC) pelos setoriais de controles internos; e Números de normativos e orientações expedidas (Guia e manuais).	Fortalecimento do controle interno	O projeto prevê o fortalecimento do Controle Interno com a elaboração de um plano de capacitação continuada das setoriais, elaboração/revisão da política de controles internos (manuais, guias e normativos), com (i) política, normas, guias e manuais atualizados e em uso, (ii) plano de capacitação continuada executado com trilhas por perfil e multiplicadores, (iii) PAAC institucionalizado como instrumento central de planejamento e execução das setoriais, (iv) rotinas padronizadas de monitoramento, reporte e qualidade (indicadores e evidências), e (v) ferramenta tecnológica (ou solução estruturada) implantada para gestão, acompanhamento e monitoramento do desempenho das setoriais, elevando a maturidade do controle interno para além da mera conformidade, com foco em prevenção, riscos e efetividade.	Alcançar a efetividade das ações e atividades dos setoriais de controle interno mediante atuação técnica padronizada baseada em boas práticas, normas e procedimentos modernos.	Plano de capacitação anual elaborado; Normas, manuais e guias revisados; Servidores capacitados; Plano anual de ação elaborado; e Ferramenta tecnológica de gestão e controle do sistema de controle interno implantado.

CONTROLE FISCAL

Objetivo Estratégico:

Fortalecer o controle fiscal para acompanhar, monitorar e avaliar a gestão fiscal do Poder Executivo Estadual.

INDICADORES	PROJETOS ESTRATÉGICOS	ESCOPO	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS
Número de Relatórios de Análise de Gestão Fiscais emitidos; e Número de Ações e Recomendações implementadas.	Controle fiscal: contribuindo para a eficiência da governança	O projeto visa o aprimoramento da área de Controle Fiscal do Poder Executivo Estadual, por meio da relação integrada com órgãos públicos que participam da gestão fiscal do Estado, realizando o mapeamento e padronização dos processos de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução orçamentária e financeira, com (i) metodologia padronizada de atuação (monitoramento, análise, avaliação e recomendações), (ii) processos mapeados e padronizados para acompanhamento da execução orçamentária e financeira e das metas fiscais, (iii) integração e governança de dados (acessos, prazos, fontes e trilha de evidências), (iv) ferramenta tecnológica/ambiente de monitoramento implantado (painel e base analítica), (v) rotina recorrente de relatórios de análise de gestão fiscal com alertas e recomendações, e (vi) mecanismo de acompanhamento da implementação das recomendações, assegurando tempestividade, visão preventiva e alinhamento com prioridades do governo.	Institucionalizar e modernizar o controle fiscal no Poder Executivo Estadual, por meio da padronização normativa, integração de dados entre órgãos gestores e monitoramento sistemático da execução orçamentária, garantindo a conformidade com as metas fiscais e o alinhamento com as prioridades do Programa de Governo.	Servidores capacitados; Normas, orientações técnicas e relatórios fiscais elaborados; Ferramenta tecnológica de gestão e controle fiscal implantada; e Metodologia de atuação implantada.

PROCESSOS E PESSOAS

Objetivo Estratégico:

Promover o aperfeiçoamento de controles, processos, normas e procedimentos internos.

INDICADORES	PROJETOS ESTRATÉGICOS	ESCOPO	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS
Número de ações concluídas.	Modernização administrativa e eficiência documental	O projeto consiste na reengenharia dos processos internos com base nas orientações da política de gestão documental de governo, com definição de governança e priorização por macro funções, até a padronização, simplificação e digitalização sustentável da administração interna, com (i) processos mapeados, redesenhados e padronizados com foco em resolutividade e redução de retrabalho, (ii) guia de processos e governança documental formalizados (padrões, responsabilidades e regras), (iii) digitalização e indexação controlada do passivo documental, com critérios de qualidade, rastreabilidade e preservação e (iv) modernização do parque tecnológico para suportar a operação digital com segurança, integridade e continuidade.	Promover a otimização de processos internos, formalização da governança documental e atualização da infraestrutura tecnológica, visando eficiência operacional e sustentabilidade.	Guia de processos administrativos implementado; Fluxos dos processos padronizados elaborados; e Acervo digitalizado, indexado e mantido em infraestrutura adequada.

PROCESSOS E PESSOAS

Objetivo Estratégico:

Promover o aperfeiçoamento de controles, processos, normas e procedimentos internos.

INDICADORES	PROJETOS ESTRATÉGICOS	ESCOPO	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS
Número de processos de auditoria apoiados por TI.	CGE Inteligente - Transformação e Eficiência com IA	O projeto consiste no desenvolvimento/aquisição e a integração de Inteligência Artificial em áreas finalísticas da CGE (auditoria, fiscalização, controle e análise de processos), com mapeamento dos principais gargalos informacionais (volume de documentos, tempo de triagem, classificação, extração de dados, cruzamentos e rastreabilidade), definição de requisitos de infraestrutura e segurança, e seleção de casos de uso prioritários, até a implantação de um ecossistema de tecnologia e IA capaz de automatizar etapas repetitivas e qualificar a análise de dados e documentos nas atividades de controle, com (i) infraestrutura adequada (armazenamento, permissões, segurança e integração), (ii) soluções de software e IA selecionadas/contratadas e implantadas, (iii) modelos/rotinas de IA aplicados a casos de uso prioritários (triagem, classificação, extração e análise), (iv) governança e conformidade (LGPD, segurança, trilhas de auditoria e uso responsável), (v) capacitação dos usuários e (vi) monitoramento de desempenho, qualidade e ganhos de produtividade, elevando precisão técnica e reduzindo tempo de análise em auditorias e fiscalizações.	Implementar uma infraestrutura de Tecnologia da Informação, incluindo Inteligência Artificial, para automatizar processos e qualificar a análise de dados, visando a redução do tempo e a elevação da precisão técnica nas ações de controle e fiscalização.	Softwares implantados; Ferramentas de Inteligência Artificial (IA) implantadas; Implantação de uma solução de GRC (Governance, Risk and Compliance) integrada a ferramentas de Business Intelligence (BI); e Equipes capacitadas para operacionalização dos sistemas/ferramentas.

PROCESSOS E PESSOAS

Objetivo Estratégico:

Fortalecer a gestão de Pessoas, desenvolvimento profissional e a humanização.

INDICADORES	PROJETOS ESTRATÉGICOS	ESCOPO	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS
Quantidade de servidores capacitados; e Quantidade de capacitações realizadas.	Fortalecimento do programa de capacitação dos servidores da CGE	O projeto consiste na elaboração e execução de um plano de capacitação contínua, abrangendo competências essenciais tanto para as atividades-meio quanto para as áreas finalísticas da instituição com definição de prioridades e metas, até a implantação e execução contínua de um Programa Institucional de Capacitação e Desenvolvimento que eleve o desempenho das áreas finalísticas, com (i) Plano de Capacitação por macro funções (trilhas, conteúdos, cargas horárias, públicos-alvo e calendário), (ii) capacitações executadas com registro e avaliação, (iii) mecanismos de gestão do conhecimento (materiais, repositório, padronizações e multiplicadores), (iv) ações de desenvolvimento gerencial e de humanização voltadas à cultura institucional (comunicação, ética, atendimento e colaboração), e (v) monitoramento de efetividade (impacto no trabalho, aplicação prática e indicadores), assegurando atualização contínua e aderência às boas práticas de governança, integridade e controle.	Promover o desenvolvimento contínuo das competências técnicas e gerenciais e tecnológicas dos servidores, visando elevar o desempenho das áreas meio e finalísticas.	Plano de capacitação por macro funções elaboradas; Servidores capacitados; e Relatório de desempenho e avalição do Plano de Capacitação.


CONCLUSÃO
CGE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
SESACRE

Com a finalização do Planejamento Estratégico Setorial da CGE, consolidado neste documento, dá-se início ao direcionamento dos recursos disponíveis com foco no alcance dos objetivos estratégicos definidos pela equipe da Controladoria.

Ressalta-se a relevância dos investimentos nas áreas-meio, que fornecem os insumos indispensáveis para a obtenção dos resultados esperados. Além disso, torna-se essencial o desdobramento do planejamento estratégico em planos táticos e operacionais, com ações a serem executadas por todos os setores envolvidos, sempre alinhadas a um propósito maior, sintetizado na missão da Controladoria: promover e coordenar, com excelência, as ações de controle, ouvidoria, transparência, integridade, correição e auditoria, assegurando a legalidade, a boa governança e a eficiência na gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

O Planejamento Estratégico configura-se como uma ferramenta fundamental para o alcance dos objetivos de forma organizada e eficiente, permitindo antecipar ações, identificar possíveis obstáculos e otimizar a utilização dos recursos. Ademais, contribui para o fortalecimento da comunicação interna e institucional, aprimora a tomada de decisões e amplia a capacidade da Controladoria de atuar com excelência nas áreas de controle interno, auditoria, ouvidoria, transparência, integridade e correição, promovendo resultados mais consistentes para a gestão pública e para a sociedade acreana.

Por fim, destaca-se que o planejamento estratégico possui caráter dinâmico e, ao longo de sua execução, poderá ser continuamente avaliado e ajustado, considerando as novas demandas da sociedade e as transformações no cenário nacional e global.

Equipe Técnica

Coordenação Técnica

Regiani Cristina de Oliveira
Diretora de Planejamento Estratégico e Governança da Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN

Raquel Meireles Silva
Chefe do Departamento de Planejamento Governamental da Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN

Equipe Técnica da SEPLAN
Angelika da Silva Santos
Carlos Eduardo de Lima Assis
Erika da Silva Santos
Eveline Mansour Macêdo
Evelly da Silva Felisberto Mascarenhas
Karen Leite Vilas Boas
Mayara de Souza Galdino

Equipe Técnica da Controladoria-Geral do Estado do Acre (CGE)
Antonia Mágira Fernandes de Oliveira Beiruth
Adriano Sales Santos
Cícero Antônio Ferreira Dias
Hellem Cristina Barroso Lima
Márcia Cristina Portela de Mesquita Souza
Marcus Venicius Nunes da Silva
Raryka Souza Lima (Projeto Gráfico Capa)
Vangela Nogueira de Oliveira Maquiné

Projeto Gráfico e Diagramação
Emanoel Rodrigues Lacerda
Evelly da Silva Felisberto Mascarenhas
Sérgio Henrique Nascimento Garcia

ANEXO
PORTFÓLIO DETALHADO DE PROJETOS









IMPLANTAÇÃO DA AUDITORIA DE ALTO NÍVEL

ESCOPO

O projeto prevê elevar o nível de maturidade da auditoria interna governamental alinhada as melhores práticas internacionais , agregar valor público melhorando a eficácia da governança, gestão de riscos e controles internos. Inclui também criar normativos, desenvolver competências técnicas dos auditores e implantar um sistema de auditoria para monitoramento das recomendações emitidas, com identificação de lacunas por macroprocessos-chave (KPAs) e desenho do plano de evolução por fases, até a implantação e institucionalização de um modelo de auditoria interna de alto nível, alinhado a normas e melhores práticas internacionais, com normativos formalizados, competências desenvolvidas, sistema de auditoria implantado para planejamento–execução–monitoramento e mecanismo de acompanhamento de recomendações operando com evidências, indicadores e rotinas de reporte — deixando a CGE/AC apta a elevar o nível de maturidade no IA-CM e a sustentar a melhoria contínua do serviço de auditoria interna.

PREMISSAS

1. Apoio da alta gestão;
2. Criação da carreira de Auditoria;
3. Realização de concurso público;
4. Disponibilização de recursos orçamentários e tecnológicos;
5. Acesso irrestrito as informações e documentos; e
6. Independência técnica.

RESTRIÇÕES

1. Recurso humano insuficiente;
2. Falta de capacitação da equipe; e
3. Restrição orçamentária.

PRINCIPAIS RISCOS

1. Não atendimento as exigências dos KPAs do IA-CM;
2. Não criação da carreira;
3. Não realização do concurso;
4. Não disponibilização de informações tempestivas, confiáveis e completas pelos órgãos;
5. Falta de autonomia funcional; e
6. Influência política.

PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS

CGE - DIRACON

OBJETIVO PRINCIPAL

Elevar o nível de maturidade da auditoria interna governamental

PRODUTOS

1. Certificação IA-CM adquirida;
2. Técnicos/Auditores capacitados;
3. Modelagem da auditoria Interna conforme padrões internacionais alcançada;
4. Sistema de Auditoria implantado;
5. Normativas elaboradas;
6. Carreira de Auditor criada; e
7. Concurso realizado.

ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO (WBS)

Fase de Planejamento:

1. Diagnóstico da Auditoria Interna
2. Definição de equipes
3. Definição de atividades
4. Definição de cronograma

Fase de Execução:

1. Contratação de consultoria
2. Reuniões técnicas com a consultoria
3. Elaboração de normas e procedimentos
4. Capacitação e treinamento
5. Aquisição do sistema de auditoria
6. Fase Monitoramento e avaliação

COMUNICAÇÃO

1.Interna:
Sistema SEI;
Intranet; e
Reuniões internas.

2. Externa:
Redes Sociais;
Sitio da CGE/AC; e
Diário Oficial do Estado do Acre.

SISTEMA DE INTEGRIDADE PÚBLICA ESTADUAL

ESCOPO	PREMISSAS	RESTRIÇÕES	PRINCIPAIS RISCOS
O projeto inicia com a implantação da política de integridade pública alinhado a iniciativas voltadas à prevenção, detecção e correção de desvios éticos e de conduta, coordenando e articulando atividades com as setoriais para uma gestão transparente e responsável. A proposta abrange apoiar tecnicamente os órgãos e entidades na elaboração, implementação e monitoramento de seus Planos de Integridade, de forma padronizada, eficiente e alinhada às diretrizes da Política de Governança e Integridade do Estado do Acre, com definição de metodologia, instrumentos padronizados e governança do programa, até a implantação e operacionalização contínua do Sistema de Integridade Pública Estadual, com (i) diretrizes e instrumentos estruturados e disponibilizados, (ii) planos de integridade setoriais elaborados e implementados com apoio técnico da CGE, (iii) ações educativas e capacitações recorrentes, (iv) mecanismo permanente de monitoramento (painel, rotinas, evidências e relatórios anuais) e (v) avaliação anual de maturidade em integridade, assegurando padronização, governança, comparabilidade e evolução progressiva dos órgãos e entidades.	1. Prioridade Estratégica da CGE/AC; 2. Alinhamento com a Política de Governança e Integridade; 3. Autonomia funcional; e 4. Base legal.	1. Ausência de apoio da alta gestão; e 2. Recurso humano insuficiente.	1. Falta de engajamento dos órgãos e entidades na elaboração dos Planos de Integridade; 2. Variação no nível de maturidade institucional; 3. Rotatividade e acúmulo de funções dos responsáveis pela execução do plano de integridade; 4. Dificuldade no monitoramento da execução dos planos; e 5. Mudança na estrutura governamental.

PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS	ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO (WBS)	COMUNICAÇÃO
CGE- DIRTI	Promover a política de integridade pública com vistas a aprimorar a governança e a gestão de riscos no Poder Executivo.	1. Planos de integridades setoriais elaborados; 2. Relatório anual de acompanhamento dos Planos de integridades setoriais elaborados; 3. Capacitações realizadas; 4. Cartilhas e informativos elaborados; e 5. Política de integridade fomentada.	Planejamento e estruturação (2026): 1. Levantamento da situação atual de integridade nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. 2. Identificação de necessidades de apoio técnico e capacitação. 3. Definição da metodologia, escopo e instrumentos de apoio (guias, modelos, formulários). Elaboração dos Planos de Integridade Setoriais (2026-2027): 1. Orientação técnica na elaboração dos Planos de Integridade pelos órgãos e entidades, quando solicitado. Implementação de melhorias e monitoramento (2027-2029): 1. Apoio à execução das ações previstas nos planos setoriais. 2. Criação e manutenção do painel de acompanhamento dos Planos de integridade. 3. Aplicação anual do diagnóstico de maturidade em integridade. 4. Emissão de relatórios anuais de acompanhamento técnico.	1.Interna: Sistema SEI; 2. Externa: Portal da Transparência; Eventos Institucionais; Site institucionais dos órgãos e entidades.

FORTALECIMENTO DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

ESCOPO	PREMISSAS	RESTRIÇÕES	PRINCIPAIS RISCOS
O projeto prevê o aprimoramento, padronização e automatização da transparência ativa, garantindo que todos os órgãos e entidades disponham de sítios/portais padronizados, acessíveis e alinhados à Lei de Acesso à Informação-LAI, promovendo uma comunicação clara e integrada com o cidadão. Ainda, inclui capacitação, designação de responsáveis, elaboração de planos de risco setoriais, implantação de metodologias e ações de comunicação institucional., com definição de um modelo padrão e regras mínimas de gestão de conteúdo,até a implantação institucional e escalável da transparência ativa padronizada no Executivo Estadual, com (i) modelo de sítio/portal padrão (layout + estrutura mínima + requisitos LAI e acessibilidade) validado e implantado gradualmente, (ii) instrumentos e normativos (guias, manuais, checklists e procedimentos) em uso, (iii) governança setorial de conteúdo estruturada (responsáveis, rotinas e evidências de atualização), (iv) capacitação contínua dos pontos focais, (v) modernização/integração tecnológica mínima para reduzir retrabalho e aumentar confiabilidade, e (vi) mecanismo de avaliação (Ranking Estadual / Selo CGE/AC) com relatórios anuais de evolução e plano de melhorias.	1. Comprometimento da alta gestão; 2. Execução da política de transparência pública pelos órgãos e entidades; e 3. Infraestrutura tecnológica suficiente, acessíveis e sustentáveis;	1. Limitação tecnológica e de infraestrutura; 2. Não integração das diversas plataformas tecnológicas; e 3. Restrição orçamentária.	1. Baixa qualidade dos dados disponibilizados; 2. Baixa adesão das setoriais 3. Falta de atualização contínua nos sítios e portais institucionais. 4. Níveis distintos de maturidade digital entre os órgãos; 5. Rotatividade de servidores; 6. Ausência de equipe dedicada à gestão de conteúdo nos órgãos; e 7. Disponibilidade de instrutores e agenda de capacitação.

PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS	ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO (WBS)	COMUNICAÇÃO
CGE- DIRTI	Fortalecer a transparência ativa para aumentar o controle social e a confiança da sociedade na gestão pública.	1. Ranking estadual de transparência pública; 2. Selo de Transparência CGE/AC elaborado; 3. Servidores capacitados; 4. Termos de Colaboração com os órgãos do Poder Executivo assinados; 5. Modelo de sítio/portal padrão (layout e estrutura mínima) implantado; 6. Guia e manuais práticos elaborados; e 7. Relatório anual de evolução da transparência digital elaborado.	1. Diagnóstico técnico dos sítios e portais existentes; 2. Criação e validação do modelo padrão; 3. Definição da equipe; 4. Definição da metodologia de trabalho e das atividades; Implementação gradual nos órgãos; 5. Reuniões técnicas com os órgãos participantes; 6. Elaboração de normas e definições de procedimentos; 7. Estudos técnicos para a criação do ranking; 8. Monitoramento do ranking; 9. Definição de estratégias para as ações de conscientização. 10. Capacitação das equipes; e 11. Monitoramento e avaliação do projeto.	1.Interna: Reuniões internas; e Sistema SEI; 2. Externa: Portal da Transparência; Campanhas institucionais; e Redes Sociais;

FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

ESCOPO	PREMISSAS	RESTRIÇÕES	PRINCIPAIS RISCOS
O projeto prevê o fortalecimento das práticas de gestão de riscos em toda a administração pública estadual mediante metodologia e ações coordenadas pela CGE, com definição/atualização de metodologia padronizada, governança, instrumentos e cronograma de implantação por ondas, até a institucionalização efetiva da gestão de riscos como prática regular de governança e apoio à decisão, com (i) metodologia e instrumentos formalizados e disseminados, (ii) órgãos priorizados com gestão de riscos implantada (com mapeamento, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos), (iii) rede de multiplicadores capacitada e operante, (iv) rotinas de reporte e monitoramento com indicadores e evidências, e (v) ciclo contínuo de revisão e melhoria, integrando riscos ao planejamento, aos processos críticos (compras, contratos, convênios, execução orçamentária, pessoal etc.) e às decisões da alta gestão.	1. Existência de normativos vigentes que embasam a gestão de riscos (ex: decreto estadual, instruções normativas da CGE); 2. Comprometimento da alta administração; e 3. Disponibilidade de equipe técnica na CGE.	1. Recurso humano insuficiente; 2. Baixa maturidade institucional dos órgãos e entidades; e 3. Limitação orçamentária.	1. Falta de engajamento da alta gestão dos órgãos e entidades; 2. Resistência cultural à mudança; 3. Rotatividade de servidores responsáveis; 4. Dificuldade na coleta e padronização de informações; 5. Descontinuidade de iniciativas entre governos; e 6. Baixa maturidade institucional dos órgãos e entidades.

PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS	ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO (WBS)	COMUNICAÇÃO
CGE - DIRTI/UNICI	Institucionalizar a gestão de riscos como ferramenta de apoio à tomada de decisão, fortalecimento da governança e prevenção de falhas e irregularidades na administração pública.	1. Metodologia padronizada; 2. Servidores capacitados e multiplicadores formados; 3. Campanhas de comunicação sobre cultura de riscos elaboradas; e 4. Painel de monitoramento de indicadores implantado.	Planejamento e direcionamento estratégico: 1. Identificar órgãos prioritários e responsáveis; 2. Elaborar plano de ação com prazos, indicadores e recursos; Capacitação e desenvolvimento de competências: 1. Elaborar trilhas de aprendizagem para gestores e servidores; 2. Promover cursos, oficinas e capacitações práticas; 3. Criar rede de multiplicadores e suporte técnico. Implementação e suporte técnico: 1. Apoiar os órgãos na elaboração dos planos de gestão de riscos; 2. Acompanhar a aplicação da metodologia e identificação de riscos; Comunicação e Disseminação da Cultura de Riscos: 1. Desenvolver campanhas e materiais de comunicação; 2. Divulgar resultados e boas práticas; 3. Engajar dirigentes e servidores na cultura preventiva; Monitoramento, Avaliação e Melhoria Contínua: 1. Consolidar relatórios de riscos e planos de ação; 2. Monitorar indicadores e resultados; 3. Promover revisões periódicas e aprimoramento das práticas;	1.Interna: Sistema SEI; e Diário Oficial do Estado do Acre (DOE/AC). 2. Externa: Redes Sociais.

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CORREIÇÃO

ESCOPO	PREMISSAS	RESTRIÇÕES	PRINCIPAIS RISCOS
O projeto compreende a implantação do Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual, estabelecendo a base para uma atuação efetiva e estratégica, abrangendo desde a prevenção até a correição administrativa, com definição do modelo de governança e requisitos mínimos do sistema, até a implantação e operacionalização do Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual, com (i) marco normativo publicado (decreto/regulamentação e atos complementares), (ii) governança definida (papéis, instâncias, responsabilidades e rotinas), (iii) fluxos e procedimentos padronizados para atuação preventiva e correição administrativa, (iv) instrumentos operacionais (manuais, modelos, checklists e trilha documental no SEI), (v) capacitação mínima das unidades setoriais/servidores envolvidos, e (vi) mecanismo permanente de monitoramento e avaliação da eficiência e maturidade das unidades de correição, com relatórios periódicos e plano de melhoria contínua.	1. Apoio da alta gestão; 2. Engajamento da equipe da CGE; e 3. Recursos humanos qualificados	1. Recursos humanos insuficiente; e 2. Restrição orçamentária.	1. Descontinuidade de apoio ao sistema de correição;

PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS	ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO (WBS)	COMUNICAÇÃO
CGE - DIRTI	Implantar a política de correição combatendo a corrupção e ilícitos administrativos de forma efetiva.	1. Decreto do Sistema de Correição publicado; 2. Relatórios anual de diagnósticos sobre a eficiência das unidades de correição elaborados; e 3. Política de Correição implantada.	Planejamento e Iniciação: 1. Mobilizar a equipe e definir requisitos para a regulamentação e o plano de evolução da maturidade. Elaboração do Decreto que regulamenta o sistema de Correição: 1. Consolidação dos resultados, estabelecimento de mecanismos de melhoria contínua e comunicação das conquistas.	1.Interna: Reuniões; Sistema SEI!; Documentos institucionais; e Diário Oficial.

OUVIDORIA CIDADÃ - OUVIR PARA MELHOR SERVIR!

ESCOPO	PREMISSAS	RESTRIÇÕES	PRINCIPAIS RISCOS
O projeto compreende o fortalecimento das ouvidorias setoriais, o acesso dos cidadãos aos canais de atendimento e da rede de ouvidorias. Padronizando a integração por meio de um sistema próprio do Poder Executivo Estadual, com (i) processos e padrões de atendimento uniformizados (triagem, classificação, encaminhamento, resposta e fechamento), (ii) ampliação e consolidação dos canais de atendimento ao cidadão (digitais e presenciais/itinerantes), (iii) implantação de um sistema próprio de ouvidoria (ou plataforma oficial unificada) com integração setorial, rastreabilidade e indicadores, (iv) capacitação contínua das equipes e pontos focais, (v) campanhas de comunicação para estimular uso e confiança, e (vi) monitoramento permanente da resolutividade e qualidade do atendimento, inclusive com adesão progressiva de órgãos.	1. Apoio da alta gestão; 2. Uso de linguagem simples e inclusiva nas ouvidorias setoriais; e 3. Engajamento da equipe da CGE.	1. Restrição orçamentária; 2. Infraestrutura tecnológica insuficiente; e 3. Recursos humanos insuficiente.	1. Falta de engajamento da alta gestão dos órgãos e entidades; 2. Rotatividade de servidores responsáveis; 3. Descontinuidade de iniciativas entre os poderes; e 4. Baixa maturidade institucional dos órgãos e entidades.

PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS	ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO (WBS)	COMUNICAÇÃO
CGE - OGE	Fortalecer a atuação da Ouvidoria-Geral do Estado e a integração entre as ouvidorias setoriais, padronizando processos de atendimento e expandindo os canais de interlocução com o cidadão.	1. Sistema próprio de Ouvidoria implantado; 2. Ações itinerantes realizadas; 3. Campanhas realizadas; 4. Equipes e setoriais capacitados; e 5. Padronização de atendimento elaborado.	Planejamento: 1. Diagnóstico técnico da rede de ouvidorias; 2. Criação e validação do modelo padrão; Execução: 1. Definição da equipe; 2. Definição da metodologia de trabalho e das atividades; 3. Implementação gradual nos órgãos; 4. Reuniões técnicas com os órgãos participantes; 5. Elaboração de normas e definições de procedimentos; 6. Definição de estratégias para as ações de ouvidoria pública. 7. Capacitação das equipes; Monitoramento e avaliação do projeto.	1.Interna: Intranet; Reuniões; e Sistema SEI!. 2.Externa: Portal da Transparência; Campanhas institucionais; e Redes Sociais.

FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO NO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

ESCOPO	PREMISSAS	RESTRIÇÕES	PRINCIPAIS RISCOS
O projeto prevê o fortalecimento do Controle Interno com a elaboração de um plano de capacitação continuada das setoriais, elaboração/revisão da política de controles internos (manuais, guias e normativos), com (i) política, normas, guias e manuais atualizados e em uso, (ii) plano de capacitação continuada executado com trilhas por perfil e multiplicadores, (iii) PAAC institucionalizado como instrumento central de planejamento e execução das setoriais, (iv) rotinas padronizadas de monitoramento, reporte e qualidade (indicadores e evidências), e (v) ferramenta tecnológica (ou solução estruturada) implantada para gestão, acompanhamento e monitoramento do desempenho das setoriais, elevando a maturidade do controle interno para além da mera conformidade, com foco em prevenção, riscos e efetividade.	1. Recursos humanos qualificados; 2. Comprometimento das setoriais de controle interno; 3. Infraestrutura de TI adequada; 4. acesso irrestrito aos bancos de dados de todos os sistemas estruturantes; e 5. Apoio da alta gestão.	1. Recurso humano insuficiente; 2. Restrições orçamentárias; e 3. Ausência de ferramentas tecnológicas para a gestão, controle e monitoramento do Sistema de Controle Interno;	1. Rotatividade da equipe; 2. Perfil inadequado dos membros do setorial de Controle Interno; 3. Falta de apoio da alta gestão dos órgãos em priorizar a atuação do controle interno em resultados e risco; 4. Não utilização do Plano Anual como instrumento principal da atuação do Sistema de Controle Interno; e 5. Atuação dos setoriais apenas com ênfase na análise de conformidade.

PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS	ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO (WBS)	COMUNICAÇÃO
CGE - UNICI	Alcançar a efetividade das ações e atividades dos Setoriais de Controle Interno mediante atuação técnica padronizada baseada em boas práticas, normas e procedimentos modernos.	1. Plano de capacitação anual elaborado; 2. Normas, manuais e guias revisados; 3. Servidores capacitados; 4. Plano anual de ação elaborado; e 5. Ferramenta tecnológica de gestão e controle do sistema de controle interno implantado.	Fase de Planejamento: 1. Diagnóstico do Sistema de Controle Interno; 2. Definição de ações e atividades; 3. Elaboração de cronograma anual; Fase de Execução: 1. Reuniões técnicas; 2. Definição de agenda e responsáveis; 3. Execução das atividades programadas no mês; Fase de avaliação e monitoramento: 1. Avaliação periódica das atividades em relação ao cronograma e ao planejamento.	1.Interna: Intranet; Reuniões; e Sistema SEI!. 2.Externa: Portal da Transparência; Campanhas institucionais; e Redes Sociais.

CONTROLE FISCAL: CONTRIBUINDO PARA A EFICIÊNCIA DA GOVERNANÇA

ESCOPO	PREMISSAS	RESTRIÇÕES	PRINCIPAIS RISCOS
O projeto visa o aprimoramento da área de Controle Fiscal do Poder Executivo Estadual, por meio da relação integrada com órgãos públicos que participam da gestão fiscal do Estado, realizando o mapeamento e padronização dos processos de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução orçamentária e financeira, com (i) metodologia padronizada de atuação (monitoramento, análise, avaliação e recomendações), (ii) processos mapeados e padronizados para acompanhamento da execução orçamentária e financeira e das metas fiscais, (iii) integração e governança de dados (acessos, prazos, fontes e trilha de evidências), (iv) ferramenta tecnológica/ambiente de monitoramento implantado (painel e base analítica), (v) rotina recorrente de relatórios de análise de gestão fiscal com alertas e recomendações, e (vi) mecanismo de acompanhamento da implementação das recomendações, assegurando tempestividade, visão preventiva e alinhamento com prioridades do governo.	1. Conscientização da importância e utilidade do controle fiscal da CGE; 2. Apoio da alta gestão; 3. Colaboração intersetorial com SEPLAN, SEFAZ e PGE; e 4. Acesso integral aos sistemas orçamentários, financeiros, contábeis e de planejamento do Estado.	1. Recurso humano insuficiente; 2. Restrições orçamentárias; e 3. Ausência de ferramentas tecnológicas para a instrumentalizar o acompanhamento da gestão fiscal do Estado.	1. Atrasos na disponibilidade das informações fiscais, contábeis e de planejamento, para o devido acompanhamento pela divisão de gestão fiscal de Governo; e 2. Falta de acesso integral aos sistemas orçamentários, financeiros, contábeis e de planejamento do Estado.

PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS	ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO (WBS)	COMUNICAÇÃO
CGE - DIGESFI	Institucionalizar e modernizar o controle fiscal no Poder Executivo Estadual, por meio da padronização normativa, integração de dados entre órgãos gestores e monitoramento sistemático da execução orçamentária, garantindo a conformidade com as metas fiscais e o alinhamento com as prioridades do Programa de Governo.	1. Servidores capacitados; 2. Normas, orientações técnicas e Relatórios Fiscais elaborados; 3. Ferramenta tecnológica de gestão e controle Fiscal implantada; e 4. Metodologia de atuação implantada.	Fase de Planejamento: 1. Diagnóstico Interno; 2. Reuniões técnicas; 3. Definição de ações e atividades; e 4. Elaboração de cronograma anual; Fase de Execução: 1. Reuniões técnicas; 2. Definição de agenda e responsáveis; 3. Execução das atividades programadas no mês; e 4. Avaliação das atividades realizadas; Fase de avaliação e monitoramento: 1. Avaliação periódica das atividades em relação ao cronograma e ao planejamento.	1.Interna: Sítio da CGE; Reuniões; e Intranet. 2.Externa: Redes Sociais.

CGE INTELIGENTE - TRANSFORMAÇÃO E EFICIÊNCIA COM IA

ESCOPO	PREMISSAS	RESTRIÇÕES	PRINCIPAIS RISCOS
O projeto consiste no desenvolvimento/aquisição e a integração de Inteligência Artificial em áreas finalisticas da CGE (auditoria, fiscalização, controle e análise de processos), com mapeamento dos principais gargalos informacionais (volume de documentos, tempo de triagem, classificação, extração de dados, cruzamentos e rastreabilidade), definição de requisitos de infraestrutura e segurança, e seleção de casos de uso prioritários, até a implantação de um ecossistema de tecnologia e IA capaz de automatizar etapas repetitivas e qualificar a análise de dados e documentos nas atividades de controle, com (i) infraestrutura adequada (armazenamento, permissões, segurança e integração), (ii) soluções de software e IA selecionadas/contratadas e implantadas, (iii) modelos/rotinas de IA aplicados a casos de uso prioritários (triagem, classificação, extração e análise), (iv) governança e conformidade (LGPD, segurança, trilhas de auditoria e uso responsável), (v) capacitação dos usuários e (vi) monitoramento de desempenho, qualidade e ganhos de produtividade, elevando precisão técnica e reduzindo tempo de análise em auditorias e fiscalizações.	1. Apoio da alta gestão 2. Impossibilidade de tratar todas as informações necessárias, manualmente; 3. Necessidade de automatizar a coleta e classificação dos documentos analisados;	1. Limitações financeira; 2. Recursos humanos insuficientes.	1. Indisponibilidade orçamentária; 2. Infraestrutura tecnológica inadequada; e 3. Uso inadequado das ferramentas tecnológicas.

PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS	ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO (WBS)	COMUNICAÇÃO
CGE - DIRAF	Implementar uma infraestrutura de Tecnologia da Informação, incluindo Inteligência Artificial, para automatizar processos e qualificar a análise de dados, visando a redução do tempo e a elevação da precisão técnica nas ações de controle e fiscalização.	1. Softwares implantados; 2. Ferramentas de Inteligência Artificial (IA) implantadas; 3. Implantação de uma solução de GRC (Governance, Risk and Compliance) integrada a ferramentas de Business Intelligence (BI); e 4. Equipes capacitadas para operacionalização dos sistemas/ferramentas.	Planejamento e estruturação: Levantamento da situação atual; e Mapeamento dos processos; Execução: Desenvolvimento e implantação da solução tecnológica. Monitoramento	1.Interna: Sítio da CGE; Reuniões; e Intranet. 2.Externa: Redes Sociais.

FORTALECIMENTO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA CGE

ESCOPO	PREMISSAS	RESTRIÇÕES	PRINCIPAIS RISCOS
O projeto consiste na elaboração e execução de um plano de capacitação contínua, abrangendo competências essenciais tanto para as atividades-meio quanto para as áreas finalísticas da instituição com definição de prioridades e metas, até a implantação e execução contínua de um Programa Institucional de Capacitação e Desenvolvimento que eleve o desempenho das áreas finalísticas, com (i) Plano de Capacitação por macrofunções (trilhas, conteúdos, cargas horárias, públicos-alvo e calendário), (ii) capacitações executadas com registro e avaliação, (iii) mecanismos de gestão do conhecimento (materiais, repositório, padronizações e multiplicadores), (iv) ações de desenvolvimento gerencial e de humanização voltadas à cultura institucional (comunicação, ética, atendimento e colaboração), e (v) monitoramento de efetividade (impacto no trabalho, aplicação prática e indicadores), assegurando atualização contínua e aderência às boas práticas de governança, integridade e controle.	1. Apoio da alta gestão da CGE; e 2. Engajamento dos servidores.	1. Recursos orçamentários insuficientes; e 2. Recursos humanos insuficientes.	1. limitação financeira; e 2. Rotatividade de servidores após a capacitação técnica.

PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS	OBJETIVO PRINCIPAL	PRODUTOS	ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO (WBS)	COMUNICAÇÃO
CGE - DIRAF	Promover o desenvolvimento contínuo das competências técnicas e gerenciais dos servidores, visando elevar o desempenho das áreas meio e finalística.	1. Plano de capacitação por macro funções elaborado; 2. Servidores capacitados; e 3. Relatório de desempenho e avalição do plano de capacitação.	Planejamento: Diagnóstico da necessidade por Macro função; e Elaboração do Plano Execução: Contratações de instrutores ou empresas especializadas; e Capacitações; Monitoramento	1.Interna: Intranet; Reuniões; e Sistema SEI!. 2.Externa: Portal da Transparência; Campanhas institucionais; e Redes Sociais.


CGE
CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO
GOVERNO DO
ACRE
Trabalho para cuidar das pessoas



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA CGE

Conectando o presente e o futuro

CGE
CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO

GOVERNO DO
ACRE
Trabalho para cuidar das pessoas